



Janeiro/2012

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de cargos de **Oficial de Justiça - OPJ** **Judiciária e Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'OA', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

As palavras e a violência

A grande pensadora norte-americana Susan Sontag (1933-2004) refletiu e escreveu sobre inúmeros temas culturais da modernidade, sem jamais esquecer-se dos aspectos políticos neles implicados. Sabedora do peso das palavras, indignava-se quando os poderosos se valiam delas com o fito de encobrir artificialmente uma violência real. Por vezes, a elipse mesma da palavra correta pode significar a camuflagem de um fato que não se deseja nomear. Veja-se este trecho da autora, extraído de seu livro póstumo **Ao mesmo tempo:**

Palavras alteram, palavras acrescentam, palavras subtraem. Foi a insistência em evitar a palavra “genocídio”, enquanto cerca de 800 mil tutsis estavam sendo massacrados em Ruanda pelos seus vizinhos hutus, alguns anos atrás, que indicou que o governo americano não tinha a menor intenção de fazer nada. Recusar-se a chamar o que ocorreu com tantos prisioneiros no Iraque, no Afeganistão ou na baía de Guantánamo pelo seu nome verdadeiro – “tortura” – é tão escandaloso quanto a recusa em chamar o genocídio de Ruanda de genocídio. A respeito dos presos no Iraque, disse o governo que foram objetos de “maus tratos” ou até de “humilhação” – isso foi o máximo que admitiu o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, numa entrevista coletiva. E concluiu: “Portanto, não vou usar a palavra tortura”.

As palavras podem ser utilizadas com eufemismo por duas razões, pelo menos: atendendo à delicadeza de quem as pronuncia, para não chocar desnecessariamente o interlocutor, ou encobrindo com má-fé o ato ignominioso, que se falseia para ocultar a responsabilidade de quem o praticou. Para uma escritora crítica como Susan Sontag, essas operações não se confundem jamais, e ela parece nos alertar para que também nós apuremos os ouvidos diante do que realmente dizem as palavras, ao descreverem um fato.

(Sebastião Arruda Campos, inédito)

1. Afirma-se, no texto, que a pensadora Susan Sontag

- (A) desconfia das palavras porque sabe que elas costumam trair aquilo que alguém deseja de fato dizer.
- (B) sabe que as palavras são inequívocas quanto ao sentido que trazem no dicionário e incorporam no uso político.
- (C) subestima a importância das palavras, uma vez que ela julga os fatos pelo que são, e não pelo que deles se diz.
- (D) superestima a importância das palavras, ao acreditar que elas devam ser utilizadas com certo eufemismo.
- (E) acredita que o poder das palavras pode ser usado para toldar a natureza do fato que estão nomeando.

2. Atente para as seguintes observações:

- I. Susan Sontag acredita que a palavra “genocídio” traduz uma violência que não se deve comparar à denotada pela palavra “tortura”.
- II. A violência das palavras costuma sobrepujar a violência dos fatos, razão pela qual os políticos são muito cautelosos em seu vocabulário.
- III. Ao afirmar que não usaria a palavra “tortura”, Donald Rumsfeld acaba por corroborar a tese expressa na primeira frase do trecho de Susan Sontag.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *com o fito de encobrir* (1º parágrafo) = por causa do desvelamento
- (B) *a elipse mesma da palavra correta* (1º parágrafo) = a própria retificação do termo justo
- (C) *podem ser utilizadas com eufemismo* (3º parágrafo) = deixam-se manipular pela imprudência
- (D) *encobrindo com má-fé o ato ignominioso* (3º parágrafo) = ocultando maliciosamente a ação vil
- (E) *que se falseia para ocultar a responsabilidade* (3º parágrafo) = que se incrimina a fim de omitir a autoria



4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Não tivessem as palavras um peso decisivo na determinação e qualificação dos fatos, a ninguém ocorreria valer-se delas para mascarar a realidade.
 - (B) Quem deseja ocultar a verdade de um fato supõe que este seja sensível às palavras, razão pela qual estas são convocadas para traduzir-lhe diante de todos.
 - (C) O emprego discriminatório das palavras pode até trazer benefício à quem o faça, mas certamente não colabora para com a verdade dos fatos a elas submissos.
 - (D) O caso dos prisioneiros políticos do Iraque, do Afeganistão ou de Guantánamo, traduz bem a camuflagem com que se apresenta as palavras, quando de seu interesse.
 - (E) Nem por eufemismo deveria-se confundir a delicadeza das palavras com a má-fé que as habita, mormente quando utilizadas por quem lhes reconhece o peso decisivo.
-
5. É preciso **corrigir** um equívoco na concordância verbal da seguinte frase:
- (A) Não se utilizem as palavras para velar, mas tão somente para revelar a natureza e o significado de um fato.
 - (B) Ao se escolherem as palavras, atente-se para que se não lhes consentam que venham a adulterar um fato.
 - (C) Não há políticos que deixem de dar importância ao peso que carregam consigo determinadas palavras.
 - (D) Não se permitam a uma palavra poderes tais que a levem a desviar nossos olhos da verdade de um fato.
 - (E) Jamais se valeria um crítico honesto, em qualquer situação, dos usos maliciosos que um político faz das palavras.
-
6. Considere as seguintes afirmações:
- I. Os sentidos das palavras estão nos dicionários.
 - II. Pode haver má-fé no emprego das palavras.
 - III. As palavras podem distorcer o sentido de um fato.
- Essas afirmações estão articuladas de modo claro, coerente e correto na seguinte construção:
- (A) O sentido de um fato pode ser distorcido pelas palavras cujo sentido esteja nos dicionários, quando há má-fé em seu emprego.
 - (B) Os sentidos das palavras estão, sim, nos dicionários, mas nada impede que a má-fé em seu emprego distorça o sentido de um fato.
 - (C) Haverá má-fé no emprego das palavras, cujos sentidos estão nos dicionários, tendo em vista que elas distorcem o sentido de um fato.
 - (D) Pode-se distorcer o sentido de um fato, haja vista que os sentidos das palavras que estão no dicionário sejam empregados de má-fé.
 - (E) As palavras podem distorcer o sentido de um fato, conquanto estejam nos dicionários, pois haveria má-fé em seu emprego.
-
7. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Ao omitir a palavra genocídio no caso dos massacres, em Ruanda, o governo americano demonstrou que não iria intervir certamente, porque uma intervenção do ponto de vista político, não lhe interessava.
 - (B) Ao omitir a palavra genocídio, no caso dos massacres, em Ruanda, o governo americano demonstrou que não iria intervir, certamente, porque uma intervenção, do ponto de vista político não lhe interessava.
 - (C) Ao omitir a palavra genocídio, no caso dos massacres em Ruanda, o governo americano demonstrou que não iria intervir, certamente porque uma intervenção, do ponto de vista político, não lhe interessava.
 - (D) Ao omitir a palavra, genocídio, no caso dos massacres em Ruanda, o governo americano, demonstrou que não iria intervir, certamente, porque uma intervenção, do ponto de vista político não lhe interessava.
 - (E) Ao omitir, a palavra genocídio, no caso dos massacres, em Ruanda o governo americano demonstrou, que não iria intervir, certamente porque uma intervenção do ponto de vista político não lhe interessava.
-
8. Na frase *Susan Sontag refletiu e escreveu sobre inúmeros temas culturais*, o termo **sobre** atende adequadamente a regência dos verbos **refletir** e **escrever**. Também está adequada a regência verbal em:
- (A) O secretário não desmentiu nem se retratou do seu pronunciamento sobre as torturas em Guantánamo.
 - (B) A escritora jamais cogitou ou se dispôs a escrever ensaios que não fossem marcados por uma preocupação política.
 - (C) Nenhum governante admite e se responsabiliza pelos efeitos políticos de sua insensibilidade diante de uma tragédia social.
 - (D) Poucas pessoas se incomodam ou se preocupam com a apuração do real sentido das palavras que usualmente empregam.
 - (E) Certos eufemismos propagam e redundam em certos mascaramentos de sentido cujo efeito político é nefasto.



9. Uma carta de protesto contra a declaração infeliz de um secretário de Estado pode iniciar-se corretamente com a seguinte frase:
- (A) Vimos à presença de Vossa Excelência para que se digne a retificar sua infeliz declaração acerca dos episódios de Guantánamo.
 - (B) Viemos a presença de Vossa Senhoria para solicitar que ratifiqueis vossa infeliz declaração sobre o ocorrido em Guantánamo.
 - (C) Vimos solicitar a Sua Magnificência que vos digneis a retificar seu pronunciamento sobre o ocorrido em Guantánamo.
 - (D) Viemos empenhar a Sua Excelência nossos protestos por vossa declaração acerca das ocorrências em Guantánamo.
 - (E) Vimos apresentar-vos, ilustríssimo secretário, nossos protestos pelo pronunciamento que concedestes acerca dos fatos de Guantánamo.

10. Ao escolher as palavras, um escritor responsável investiga o sentido das palavras, busca as palavras num bom dicionário, pondera as eventuais ambiguidades das palavras, confere às palavras a mesma importância que se dá a um gesto essencial.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) investiga-as o sentido - busca-as - pondera-lhes as eventuais ambiguidades - confere-as
- (B) investiga-lhes o sentido - busca-lhes - pondera-as eventuais ambiguidades - confere-lhes
- (C) lhes investiga seu sentido - busca-as - lhes pondera as eventuais ambiguidades - confere-as
- (D) as investiga o sentido - busca-lhes - pondera suas eventuais ambiguidades - lhes confere
- (E) investiga seu sentido - busca-as - pondera suas eventuais ambiguidades - confere-lhes

Legislação Aplicada

11. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Lei nº 6.123, de 20/07/68, e alterações posteriores), a nomeação será feita em caráter vitalício para cargo de
- (A) direção.
 - (B) Conselheiro do Tribunal de Contas.
 - (C) chefia das repartições públicas.
 - (D) assessoramento.
 - (E) oficial de gabinete.
12. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Lei nº 6.123, de 20/07/68, e alterações posteriores), durante o afastamento decorrente de condenação por sentença definitiva a pena que não determine ou acarrete a perda do cargo, o funcionário perderá
- (A) um terço do vencimento.
 - (B) a totalidade do vencimento.
 - (C) metade do vencimento.
 - (D) dois terços do vencimento.
 - (E) dez por cento do vencimento.
13. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Lei nº 6.123, de 20/07/68, e alterações posteriores), NÃO será concedido salário família ao funcionário ativo ou inativo
- (A) por filho solteiro de qualquer idade que não exerça função remunerada.
 - (B) pelo ascendente, sem rendimento próprio, que viva às expensas do funcionário.
 - (C) pela companheira do funcionário solteiro.
 - (D) por enteado estudante, menor de 25 anos, que frequentar curso secundário ou superior e não exercer atividade remunerada.
 - (E) por filho adotivo inválido.

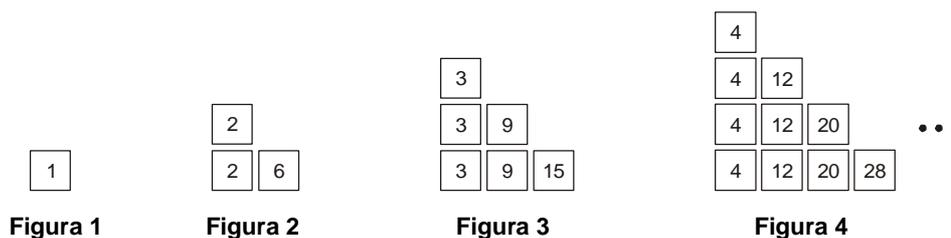


14. De acordo com a Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 21/11/2007, e alterações posteriores) o Desembargador que tiver exercido o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco por quatro anos não consecutivos
- (A) poderá candidatar-se livremente para o cargo de Presidente porque o exercício anterior não foi consecutivo.
 - (B) ficará inelegível até que se esgotem todos os nomes na ordem de antiguidade.
 - (C) poderá candidatar-se somente para o cargo de Corregedor-Geral da Justiça.
 - (D) ficará inelegível para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça por um período de dois anos.
 - (E) poderá candidatar-se somente para os cargos de Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça.
-
15. De acordo com a Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 21/11/2007, e alterações posteriores), no que concerne à divisão judiciária do Estado, é requisito para a criação de comarca
- (A) receita tributária mínima correspondente ao dobro da exigida para a criação de municípios no Estado.
 - (B) mínimo de setecentos feitos judiciais distribuídos na comarca de origem no ano anterior, referente aos municípios ou distritos que venham compô-la.
 - (C) receita tributária mínima correspondente ao triplo da exigida para a criação de municípios no Estado.
 - (D) mínimo de quinhentos feitos judiciais distribuídos na comarca de origem no ano anterior, referente aos municípios ou distritos que venham compô-la.
 - (E) população mínima de vinte mil habitantes, com seis mil eleitores na área para ela prevista.
-
16. De acordo com a Lei Estadual nº 13.332, de 07/11/2007, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, os serviços relacionados a contabilidade, pesquisa de legislação e auditoria incluem-se, respectivamente, nas funções
- (A) apoio especializado, judiciária e judiciária.
 - (B) administrativa, judiciária e apoio especializado.
 - (C) judiciária, administrativa e apoio especializado.
 - (D) apoio especializado, judiciária e administrativa.
 - (E) administrativa, apoio especializado e judiciária.
-
17. Considere:
- I. Progressão é a passagem do servidor efetivo de um cargo para outro mais elevado hierarquicamente.
 - II. Os cargos comissionados, com exceção dos que integram os Gabinetes dos Desembargadores, serão providos, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) por servidores públicos titulares de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.
 - III. As substituições eventuais de ocupantes de cargos comissionados e de funções gratificadas, em decorrência de seus impedimentos e afastamentos, serão remuneradas proporcionalmente ao tempo de sua duração.
 - IV. O servidor efetivo no exercício de cargo comissionado, inclusive quando colocado à disposição do Poder Judiciário, poderá optar pela percepção da remuneração do seu cargo, mas sem o acréscimo da representação do cargo comissionado.
- De acordo com a Lei Estadual nº 13.332, de 07/11/2007, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) II, III e IV.



Raciocínio Lógico

18. Considere a sequência de figuras abaixo, em que as fichas numeradas e o seu posicionamento obedecem a uma mesma lógica de formação:



A soma de todos os números que aparecem na formação da figura 5 é

- (A) 170.
(B) 185.
(C) 215.
(D) 230.
(E) 275.

19. Duas sequências são construídas conforme descrito abaixo:

Sequência 1: primeiro termo igual a 10 e qualquer outro termo, a partir do segundo, igual ao anterior acrescido de duas unidades.

Sequência 2: primeiro termo igual a 1 e qualquer outro termo, a partir do segundo, igual ao anterior acrescido do número de termos do primeiro até este termo anterior.

Um termo da sequência 1 que é igual a um termo da sequência 2 é

- (A) 18.
(B) 20.
(C) 22.
(D) 24.
(E) 26.
20. Antônio, Benedito, Carlos e Domingos participam de uma eleição em que somente 3 deles serão escolhidos como conselheiros de um prédio, em função da quantidade de votos recebidos. Após o resultado da eleição, em que não houve empates, cada um deu uma declaração:

Antônio: Benedito foi eleito.

Benedito: Carlos não obteve melhor resultado que Antônio.

Carlos: Domingos não foi eleito.

Domingos: Antônio não está mentindo.

Sabendo-se que a pessoa que não foi eleita deu uma declaração falsa e todos os outros falaram a verdade, então,

- (A) Antônio não foi eleito.
(B) Benedito e Carlos foram eleitos.
(C) Carlos e Domingos foram eleitos.
(D) Antônio e Domingos deram, cada um, uma declaração verdadeira.
(E) Benedito deu uma declaração falsa.



21. Deseja-se formar uma equipe composta por 2 advogados e um contador. De um grupo de 6 desses profissionais, em que não existe um deles que exerça ao mesmo tempo as duas profissões, propôs-se inicialmente as 4 opções de equipe abaixo.

Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4
Mário	Carlos	Antônio	Antônio
Nelson	João	João	Nelson
Rui	Nelson	Rui	Mário

Com relação a estes 6 profissionais, NÃO é verdade que

- (A) Mário é contador.
(B) Carlos é advogado.
(C) João é advogado.
(D) Antônio é advogado.
(E) Rui não é contador.
-
22. Em um setor público com 24 funcionários, 10 são advogados, 8 são contadores, 4 são administradores e 2 são economistas. Um grupo de trabalho deverá ser formado com estes funcionários, sabendo-se que nenhum deles possui mais de uma formação. Escolhendo aleatoriamente funcionários deste setor, o número mínimo de funcionários que se deve escolher para ter certeza de que pelo menos três possuem a mesma formação é
- (A) 7.
(B) 8.
(C) 9.
(D) 10.
(E) 12.
-
23. Uma pessoa vai à feira e verifica que com a mesma quantia de dinheiro que compraria 50 laranjas, ela poderia comprar 3 melões mais 5 abacaxis. Também verifica que com a mesma quantia de dinheiro que compraria 6 melões, ela poderia comprar 15 abacaxis. Então, com a mesma quantia de dinheiro que compraria 1 melão mais 1 abacaxi, o número de laranjas que ela poderia comprar é
- (A) 14.
(B) 15.
(C) 16.
(D) 18.
(E) 20.
-
24. Em um clube com 160 associados, três pessoas, A, B e C (não associados), manifestam seu interesse em participar da eleição para ser o presidente deste clube. Uma pesquisa realizada com todos os 160 associados revelou que
- 20 sócios não simpatizam com qualquer uma destas pessoas.
 - 20 sócios simpatizam apenas com a pessoa A.
 - 40 sócios simpatizam apenas com a pessoa B.
 - 30 sócios simpatizam apenas com a pessoa C.
 - 10 sócios simpatizam com as pessoas A, B e C.
- A quantidade de sócios que simpatizam com pelo menos duas destas pessoas é
- (A) 20.
(B) 30.
(C) 40.
(D) 50.
(E) 60.



Noções de Informática

25. Periféricos mistos ou de entrada/saída são os que recebem e/ou enviam informações do e para o computador. São exemplos destes tipos de periféricos:
- (A) monitor, impressora e *joystick*.
 - (B) digitalizador e *mouse*.
 - (C) modem, monitor *touchscreen* e *drive* de DVD.
 - (D) teclado, digitalizador e caixa de som.
 - (E) impressora, teclado e *modem*.
-
26. No *Windows 7 (home basic)*, ao arrastar um arquivo com o *mouse*, de uma pasta para outra no mesmo *drive*, o arquivo é apagado da origem e adicionado ao destino, ou seja, movimentado de uma para outra pasta. Para fazer a mesma operação sem apagá-lo da origem (cópia), junto com a operação do *mouse* deve ser pressionada a tecla
- (A) *ctrl*.
 - (B) *alt*.
 - (C) *windows*.
 - (D) *shift*.
 - (E) *tab*.
-
27. Na operação de converter tabela em texto, no *MS-Word 2003*, dentre as opções de separação de texto apresentadas, com exceção da opção outro, estão
- (A) marcas de parágrafo e tabulações, apenas.
 - (B) marcas de parágrafo, tabulações e ponto-e-vírgulas.
 - (C) tabulações e ponto-e-vírgulas, apenas.
 - (D) texto, marcas de parágrafo e tabulações.
 - (E) texto e tabulações, apenas.
-
28. No *MS-Excel 2003*, a inclinação de um título de coluna (texto) em 45 graus pode ser feita mediante a opção
- (A) formatar coluna.
 - (B) formatar texto.
 - (C) alinhamento em formatar linha.
 - (D) alinhamento em formatar células.
 - (E) alinhamento em formatar coluna.
-
29. No *Windows 7 (home basic)* NÃO se trata de um modo de exibição de arquivos, o modo
- (A) detalhes.
 - (B) lista.
 - (C) lado a lado.
 - (D) sobreposto.
 - (E) ícones extra grandes.
-
30. Ajuda a impedir que hackers ou programas mal-intencionados acessem um computador via internet ou por uma rede. Software ou hardware que verifica as informações provenientes da Internet, ou de uma rede, e as bloqueia ou permite que elas cheguem ao seu computador, dependendo das configurações.
- Trata-se de
- (A) criptograma.
 - (B) *keylogger*.
 - (C) *screenlogger*.
 - (D) cavalo de troia.
 - (E) *firewall*.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Herculano, condômino, desgostoso com os atos de arbitrariedade praticados pelo síndico em exercício do edifício onde reside, resolveu manifestar suas críticas por meio de cartas dirigidas aos demais condôminos. Com medo de sofrer represálias do síndico, Herculano não se identificou nas cartas, reservando-se ao anonimato. Nesse caso, segundo a Constituição Federal,
- (A) não é livre a manifestação do pensamento, pois é inviolável o sigilo da correspondência.
 - (B) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato, assegurado o direito à indenização pelo dano moral decorrente de sua violação.
 - (C) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
 - (D) não é livre a manifestação do pensamento, pois é inviolável a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano moral decorrente de sua violação.
 - (E) não é livre a manifestação do pensamento, pois ninguém será privado de direitos por motivo de crença política.
-
32. Aposentado resolveu candidatar-se ao cargo de Diretor do Sindicato do qual é filiado, o que gerou controvérsias entre os sindicalistas. Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) pode candidatar-se, desde que a sua aposentadoria tenha ocorrido a menos de dois anos da candidatura.
 - (B) não pode candidatar-se por estar aposentado.
 - (C) pode candidatar-se, desde que a sua aposentadoria tenha ocorrido a menos de um ano da candidatura.
 - (D) pode candidatar-se, desde que haja previsão expressa na Convenção Coletiva de Trabalho de sua categoria profissional.
 - (E) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais, sendo, assim, permitida a sua candidatura.
-
33. John, inglês, menor impúbere, nascido na Inglaterra, foi registrado na repartição inglesa, filho de pai inglês e de mãe brasileira, será considerado
- (A) brasileiro nato, se vier a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - (B) sempre brasileiro naturalizado, a qualquer tempo porque foi registrado na repartição inglesa.
 - (C) sempre brasileiro nato, pois, independentemente de residir na Inglaterra, é filho de mãe brasileira.
 - (D) brasileiro naturalizado, desde que venha a residir no Brasil e requisite, em qualquer idade, a nacionalidade brasileira.
 - (E) brasileiro nato, desde que, enquanto menor, mesmo residindo na Inglaterra, sua mãe protocole no Supremo Tribunal Federal a requisição da sua nacionalidade brasileira.
-
34. Epitácio, na condição de conscrito, durante o serviço militar obrigatório,
- (A) pode se eleger ao cargo de Governador, se tiver no mínimo trinta e cinco anos de idade.
 - (B) não pode alistar-se como eleitor.
 - (C) se não for analfabeto, pode alistar-se como eleitor.
 - (D) pode candidatar-se para Deputado Federal, se tiver no mínimo vinte e cinco anos de idade.
 - (E) se for filiado a partido político, pode alistar-se como eleitor.
-
35. Afrânio completou três anos de efetivo exercício de cargo público, preenchido em virtude de concurso público, porém, como condição para a aquisição da estabilidade, conforme previsto na Constituição Federal,
- (A) poderá ser submetido à avaliação psicológica por perito oficial, bimestralmente, na forma de lei ordinária, após prestar a prova objetiva de conhecimentos específicos, nos moldes do concurso público, que será aplicada, em conjunto com os demais interessados na obtenção da estabilidade, pelo chefe da repartição pública.
 - (B) prestará prova objetiva de conhecimentos específicos, semestralmente, nos moldes do concurso público, que será aplicada, em conjunto com outros interessados na obtenção da estabilidade, pelo chefe da repartição pública, na hipótese de exercer atividade de risco.
 - (C) prestará prova dissertativa de conhecimentos específicos, trimestralmente, nos moldes do concurso público, que será aplicada, em conjunto com outros interessados na obtenção da estabilidade, por comissão formada por três integrantes examinadores, na hipótese de exercer atividade sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
 - (D) será submetido, obrigatoriamente, à avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - (E) poderá passar, a critério da chefia, por procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar e assegurada ampla defesa, aplicada na repartição pública em conjunto com outros interessados na obtenção da estabilidade.

**Direito Administrativo**

36. No que se refere aos poderes administrativo, discricionário e vinculado, é INCORRETO afirmar:
- (A) Mesmo quanto aos elementos discricionários do ato administrativo há limitações impostas pelos princípios gerais de direito e pelas regras de boa administração.
 - (B) A discricionariedade é sempre relativa e parcial, porque, quanto à competência, à forma e à finalidade do ato, a autoridade está subordinada ao que a lei dispõe.
 - (C) Poder vinculado é aquele que o Direito Positivo – a Lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização, mas lembrando a dificuldade de se encontrar um ato administrativo inteiramente vinculado.
 - (D) A atividade discricionária encontra plena justificativa na impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige.
 - (E) Na categoria dos atos administrativos vinculados, a liberdade de ação do administrador é ampla, visto que não há necessidade de se ater à enumeração minuciosa do Direito Positivo para realizá-la.

37. Analise em conformidade com a classificação dos atos administrativos :

- I. Atos de rotina interna sem caráter decisório, sem caráter vinculante e sem forma especial, geralmente praticados por servidores subalternos, sem competência decisória. Destinam-se a dar andamento aos processos que tramitam pelas repartições públicas.
- II. Atos que se dirigem a destinatários certos, criando-lhes situação jurídica particular, podendo abranger um ou vários sujeitos, desde que sejam individualizados.
- III. Atos que alcançam os administrados, os contratantes e, em certos casos, os próprios servidores provendo sobre seus direitos, obrigações, negócios ou conduta perante a Administração.

Tais situações dizem respeito, respectivamente, aos atos

- (A) internos, de expediente e gerais.
- (B) gerais, individuais ou especiais e de expediente.
- (C) de expediente, individuais ou especiais e externos ou de efeitos externos.
- (D) de gestão, externos ou de efeitos externos e individuais.
- (E) de expediente, gerais e internos.

38. No que se refere às formas e meios de prestação do serviço público ou de utilidade pública, é INCORRETO afirmar que

- (A) serviço centralizado é todo aquele em que o Poder Público presta por seus próprios órgãos em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade.
- (B) ocorre a outorga quando o Estado transfere, por contrato, unicamente a execução do serviço, para que o outorgado preste-o ao público em seu nome, por conta e risco, nas condições regulamentares e sob controle estatal.
- (C) serviço desconcentrado é todo aquele que a Administração executa centralizadamente, mas o distribui entre vários órgãos da mesma entidade, para facilitar sua realização e obtenção pelos usuários.
- (D) serviço descentralizado é todo aquele que o Poder Público transfere sua titularidade ou, simplesmente, sua execução, por outorga ou delegação, a consórcios públicos, autarquias e empresas privadas, dentre outras.
- (E) a execução direta do serviço ocorre sempre que o encarregado de seu oferecimento ao público o realiza pessoalmente, ou por seus órgãos, ou por prepostos (não por terceiros contratados).

39. Em matéria do poder de polícia de que dispõe a Administração Pública, considere:

- I. A finalidade do poder de polícia se restringe à defesa do Estado e de sua Administração, conferindo-lhe poderes para anular liberdades públicas ou direitos dos cidadãos.
- II. O poder de polícia tem atributos específicos, peculiares, e tais são a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade, mas passíveis de controle em geral.
- III. No poder de polícia originário e no delegado observa-se que o primeiro é pleno no seu exercício e consectário, ao passo que o segundo é limitado nos termos da delegação e se caracteriza por atos de execução.
- IV. As condições de validade do poder de polícia são diferentes as dos demais atos administrativos comuns porque limitadas à proporcionalidade da sanção e à legalidade dos meios empregados pela Administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.



40. O leilão proceder-se-á na forma da legislação pertinente, observando-se, entre outros aspectos, que
- (A) os bens arrematados deverão ser pagos, imediatamente após a realização do leilão, à vista ou no percentual estabelecido no edital, não inferior a 5% (cinco por cento), e o restante nas condições e prazos estipulados no edital de convocação.
 - (B) deverá ser cometido a leiloeiro oficial, ou não, mas vedada a designação de servidor pela Administração.
 - (C) todo bem a ser leiloado dispensa a avaliação prévia, sendo esta facultativa, objetivando a fixação do preço máximo de arrematação.
 - (D) o edital do leilão não exige ampla divulgação no município em que será realizado, bastando uma simples comunicação aos interessados.
 - (E) o pagamento da parcela à vista, nos leilões internacionais, poderá ser realizado em até 03 (três) dias úteis, prorrogáveis por mais 02 (dois) dias.

Direito Civil

41. O Código Civil brasileiro estabeleceu prazos específicos para a ocorrência da prescrição em diversas hipóteses. Assim, segundo este diploma legal, a pretensão para juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela, prescreve em
- (A) um ano.
 - (B) dois anos.
 - (C) três anos.
 - (D) quatro anos.
 - (E) cinco anos.

42. De acordo com o Código Civil brasileiro, salvo disposição legal em contrário, à decadência
- (A) não se aplicam as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
 - (B) aplicam-se as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
 - (C) aplicam-se apenas as normas que impedem a prescrição, sem exceção.
 - (D) aplicam-se apenas as normas que suspendem ou interrompem a prescrição.
 - (E) aplicam-se as normas que impedem a prescrição, com exceção das relacionadas à pessoa absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil.

43. A respeito da personalidade e da capacidade, considere:
- I. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até um ano após o término da guerra.
 - II. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - III. A incapacidade cessará, para os menores, dentre outras hipóteses, pela colação de grau em curso de ensino médio.
 - IV. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e IV.
44. Com relação às Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno e de Direito Privado é certo que
- (A) a criação, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas são livres, mas o poder público pode negar-lhes registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
 - (B) as fundações e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - (C) os partidos políticos e as associações são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - (D) o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, decai em três anos por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro competente.
 - (E) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, em qualquer hipótese, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.



45. A empresa "Sorriso" possui diversos estabelecimentos em lugares diferentes. De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação ao domicílio, no caso da empresa "Sorriso",
- (A) cada estabelecimento será considerado domicílio para os atos nele praticados.
 - (B) o domicílio civil da empresa será sempre a sua sede conforme previsto no contrato registrado no órgão competente.
 - (C) o domicílio da empresa será a sua sede conforme declarado em formulário próprio preenchido no ato da inscrição e revalidado a cada três anos.
 - (D) o domicílio da empresa será a sua sede conforme declarado em formulário próprio preenchido no ato da inscrição e revalidado a cada cinco anos.
 - (E) as cidades capitais de Estado da República Federativa do Brasil serão consideradas domicílios para os atos praticados em qualquer cidade pertencente ao respectivo Estado.

Direito Processual Civil

46. A respeito das Partes e dos Procuradores, considere:
- I. O juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.
 - II. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
 - III. O valor da indenização arbitrada à parte que litigou de má-fé será desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 10% sobre o valor da causa.
 - IV. O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e IV.
-
47. O Código de Processo Civil brasileiro autoriza o juiz a exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário
- (A) quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.
 - (B) em que funcionou como órgão do Ministério Público.
 - (C) que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão.
 - (D) quando parente afim de alguma das partes, em linha reta de terceiro grau.
 - (E) quando nele estiver postulando, como advogado da parte, qualquer parente seu consanguíneo em linha reta de terceiro grau.

-
48. Débora pretende candidatar-se ao cargo de oficial de justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Indagou a Julia, sua amiga advogada, quais as incumbências que o Código de Processo Civil brasileiro estabelece à função de Oficial de Justiça. Julia respondeu que não se recordava de todas, mas que ao oficial de justiça incumbe
- (A) efetuar avaliações.
 - (B) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados e cartas precatórias.
 - (C) ter, sob sua guarda e responsabilidade, os autos, não permitindo que saiam do cartório.
 - (D) fazer pessoalmente as citações, certificando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora, na presença obrigatória de, no mínimo, três testemunhas.
 - (E) fazer pessoalmente as prisões certificando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora, na presença obrigatória de, no mínimo, três testemunhas.

-
49. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, nas comarcas onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar
- (A) quaisquer prazos, mas nunca por mais de sessenta dias, com exceção dos casos de calamidade pública, em que este limite poderá ser excedido.
 - (B) apenas os prazos dilatórios, mas nunca por mais de sessenta dias, com exceção dos casos de calamidade pública, em que este limite poderá ser excedido.
 - (C) quaisquer prazos, mas nunca por mais de noventa dias, inclusive nos casos de calamidade pública.
 - (D) apenas os prazos dilatórios, mas nunca por mais de noventa dias, inclusive nos casos de calamidade pública.
 - (E) quaisquer prazos, mas nunca por mais de trinta dias, com exceção dos casos de calamidade pública, em que este limite poderá ser excedido.



50. Bruno ajuizou ação de cobrança em face de Bernadete. Quando citada, Bernadete ofereceu reconvenção dentro do prazo legal, cobrando de Bruno valor três vezes superior ao que ele está cobrando. Bruno requereu a desistência da ação de cobrança e Bernadete concordou. Neste caso, a desistência da ação
- (A) obstará o prosseguimento da reconvenção que ficará suspensa automaticamente por trinta dias até ulterior deliberação do magistrado.
 - (B) acarretará automaticamente a extinção da reconvenção sem resolução do mérito.
 - (C) acarretará automaticamente a extinção da reconvenção com resolução do mérito.
 - (D) não obstará o prosseguimento da reconvenção.
 - (E) obstará o prosseguimento da reconvenção que ficará suspensa automaticamente por sessenta dias até ulterior deliberação do magistrado.

Direito Penal

51. Na culpa consciente, o agente
- (A) prevê o resultado, mas não se importa que o mesmo venha a ocorrer.
 - (B) não prevê o resultado, mas lhe dá causa por imprudência.
 - (C) prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que não ocorrerá.
 - (D) não prevê o resultado, mas lhe dá causa por negligência.
 - (E) não prevê o resultado, mas lhe dá causa por imperícia.
-
52. A respeito do crime tentado e do crime consumado, é correto afirmar que
- (A) a consumação do crime de concussão ocorre com o recebimento da vantagem indevida.
 - (B) a interrupção da execução do delito por desistência do agente caracteriza o crime tentado.
 - (C) a consumação do crime de corrupção passiva ocorre com o recebimento da vantagem indevida.
 - (D) os atos preparatórios fazem parte da execução do delito, caracterizando o crime tentado.
 - (E) a ocorrência do resultado é indispensável para a caracterização do crime culposo.

-
53. Considere a prática de fato criminoso por:
- I. desconhecimento da lei.
 - II. erro inevitável sobre a ilicitude do fato.
 - III. erro evitável sobre a ilicitude do fato.
 - IV. erro plenamente justificado pelas circunstâncias, que leva à suposição de situação de fato que, se existissem, tornaria a ação legítima.

O agente é isento de pena nas situações indicadas APENAS em

- (A) I, II e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
-
54. O crime de peculato
- (A) doloso caracteriza-se quando há desvio de verba pública em favor do próprio ente público.
 - (B) culposo caracteriza-se quando o funcionário público apropria-se de dinheiro que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
 - (C) doloso não pode ser praticado em detrimento do patrimônio de empresa pública.
 - (D) culposo não se caracteriza quando ocorre a reparação do dano após a sentença irrecorrível.
 - (E) doloso não exige o prévio reconhecimento do fato em processo administrativo.



55. O crime de falso testemunho

- (A) pode ser praticado de forma culposa quando o agente foi negligente na observação dos fatos.
- (B) não se caracteriza quando versar sobre tema acessório ou impertinente ao objeto do processo.
- (C) pode ter como sujeito ativo a vítima, nos crimes de ação penal pública.
- (D) pode ter como sujeito ativo o querelante, nos crimes de ação penal privada.
- (E) deixa de ser punível se ocorrer retratação após a sentença de primeiro grau e antes do julgamento do recurso.

Direito Processual Penal

56. A respeito da lei processual penal no tempo, considere:

- I. A lei processual nova não prejudicará, em regra, a validade dos atos praticados sob a vigência da lei anterior.
- II. A lei processual nova não se aplicará aos processos em andamento, mas apenas aos que se iniciarem durante a sua vigência.
- III. A lei processual entra em vigor da data da sua publicação se nela não houver disposição em contrário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

57. Se a ação penal pública não tiver sido proposta pelo Ministério Público no prazo legal, poderá, subsidiariamente, ajuizá-la

- (A) qualquer do povo, interessado ou não na punição do acusado.
- (B) o juiz, de ofício.
- (C) o ofendido ou quem tenha qualidade para representá-lo.
- (D) o juiz, mediante representação do ofendido.
- (E) qualquer do povo, desde que tenha interesse na punição do acusado.

58. A representação

- (A) pode ser exercida a qualquer tempo, enquanto não estiver prescrita a ação penal.
- (B) pode ser dirigida à autoridade policial, ao representante do Ministério Público, ou ao juiz.
- (C) é condição de procedibilidade de toda ação penal pública.
- (D) pode ser formulada por membro da família do ofendido se este, mesmo sendo maior e capaz, não desejar exercer esse direito.
- (E) poderá sofrer retratação por parte de quem a formulou até o trânsito em julgado da sentença.

59. Os prazos processuais penais

- (A) que terminarem no sábado serão acrescidos de dois dias úteis.
- (B) serão contados em dobro se o réu estiver preso.
- (C) serão contados em quádruplo para o Ministério Público.
- (D) serão contados excluindo-se o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- (E) suspendem-se nos domingos e feriados.

60. Considere:

- I. Juiz.
- II. Acusado.
- III. Advogado.
- IV. Perito.
- V. Testemunha.

NÃO integram a relação processual, dentre outras, as pessoas indicadas APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I e III.
- (E) IV e V.